

## DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

MARCOS B. DE CARVALHO, ÉRICO L. PAGOTTO,  
ATILIO V. NETO, GUSTAVO C. MEYER

Em uma das salas de exposições do acervo permanente do Museu Nacional de Arte Antiga de Portugal, sediado em Lisboa, exhibe-se um quadro de autor desconhecido intitulado “O Inferno” e datado do início do século XVI, algo entre 1505-1530.



Figura 1 – Reprodução da tela “O Inferno” (Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga)

No quadro, ao redor de um daqueles clássicos caldeirões (mais usualmente utilizados para representar os estereótipos dos rituais de canibalismo) em cujo interior ardem os corpos de alguns prováveis “pecadores” (dentre eles, observe-se pelo menos dois frades franciscanos), representam-se punições diversas e relacionadas às transgressões que os outros castigados também possivelmente cometeram (usura, luxúria, avareza, infidelidade etc). No canto superior direito, a “boca do inferno”, despeja os corpos nesse cenário.

E na margem esquerda, as brasas de uma pira consomem os cabelos de três mulheres que jazem nuas e dependuradas de cabeça para baixo, castigando-lhes esses símbolos da “ vaidade e da soberba ” femininas, que todos os fundamentalismos religiosos normalmente mandam cobrir (ou não tocar).

Ao fundo, na parte mais escura da representação, e no comando de toda a cena “ figura um entronizado Lúcifer com toucado e fato de coloridas plumas, vestimenta que tem suscitado a hipótese de se tratar de um atributo de identidade ameríndia ou mesmo brasileira ”, segundo o texto explicativo colocado ao lado do quadro em exposição na sala do museu português. Ou, mais diretamente, como afirma o texto do próprio sítio do Museu Nacional (que recomendamos vivamente que seja consultado, para que se observem detalhes do quadro que aqui reproduzimos)<sup>1</sup>, essa “ figura exótica que preside ao grande teatro dos condenados ” é “ provavelmente um índio brasileiro ”.

Precisamente nesse período, início do século XVI, anunciava-se uma era de transformações embalada pela ampliação dos horizontes europeus, que sob a liderança das potências ibéricas expandiram seus domínios territoriais para além das fronteiras abissais que demarcavam aquele “ final do mundo ” que o alcance dos olhares ibéricos estabeleciam como limite.

A figura de um índio brasileiro, no papel de “ príncipe das trevas ”, conforme a representação do quadro que examinamos, desempenhava uma função ambígua. Por um lado materializava os horrores e perigos imaginados para um mundo desconhecido e pós-abissal — um verdadeiro inferno —, ao qual os aventureiros se lançaram (intencionalmente ou não, pouco importa) para mundializar a Europa, ou europeizar o mundo, se se preferir. Por outro, esse “ índio-lúcifer ”, já em uma condição de subordinado a outros mitos que não os seus, parece exercer o papel de vigilante do novo conquistador, comandando as punições daqueles que, despejados pela ‘ boca do inferno ’, representam os comportamentos que a partir daí passariam a ser condenados em todas as antípodas — do norte ao sul do planeta —, simbolizando, entre outras coisas, as regras a que tudo e todos estariam subordinados, especialmente nos novos territórios incorporados aos horizontes de apropriação dos europeus.

<sup>1</sup> ver <<http://mnaa.imc-ip.pt/>>, link para exposição permanente (outras obras essenciais) <<http://mnaa.imc-ip.pt/pt-PT/exposicao%20permanente/HighlightList.aspx>>.

O século XVI, não custa lembrar, é também o momento em que a expansão dos horizontes, das crenças e do modo de vida europeus, impôs uma nova cartografia em que o sul ficaria consagrado como a parte inferior, subordinada, das nossas representações de um mundo que, nos séculos seguintes, acostumar-se-ia com a condição central da Europa.

Até meados do século XVI, com as projeções de Marini (1512) ou Dieppe (1567), o sul ainda costumava povoar as imagens superiores das representações cartográficas. Mas, em 1569, Mercator, consagrou também na cartografia a superioridade pretendida pelos que desde o início daquele século lançaram-se na aventura de enfrentar os “abismos” existentes além de seus horizontes de dominação.

A figura do índio brasileiro que recolhe e comanda a punição dos que são despejados pela “boca do inferno”, situa e identifica o hemisfério de subordinação. Assim, o autor desconhecido do quadro “O inferno”, como costuma acontecer na relação entre arte e ciência, antecipa para o começo do século XVI, uma imagem que cartograficamente só ficaria consagrada algumas décadas depois.

Porém, desse “índio-lúcifer”, à condição de escravizado e/ou destruído pelos novos padrões de organização social impostos pelos europeus, passando pelas imagens idealizadas que o caracterizavam como “bom-selvagem” ou desfrutando das situações concretas vividas por um cidadão livre, absorvido pela nova ordem ou reconhecido como portador de alteridade cultural que merece ser respeitada (em suas dimensões e necessidades econômicas, sociais e até mesmo territoriais), o “indígena” [brasileiro], que bem poderia ser utilizado para representar as situações vividas pelos diversos outros “indígenas” das várias nacionalidades produzidas pela apropriação do “sul geopolítico” do planeta, experimentou diversas condições, todas elas proporcionadas pelas mudanças sociais e políticas havidas nesses últimos séculos da nossa história. Para essas mudanças, a dimensão socioambiental exerceu peso decisivo.

#### O SOCIOAMBIENTAL, O AMBIENTAL E COMPROMISSOS COM A MUDANÇA SOCIAL

As imagens e ou representações, assim como as paisagens e as territorialidades em suas expressões reais, resultam das múltiplas determinações pro-

duzidas pelas diversas dimensões que presidem nossas existências e que comandam suas dinâmicas, segundo os ritmos e os pesos que as ações mais e menos institucionalizadas, considerando os vários matizes dessas possibilidades, tem desenvolvido ao longo da história da humanidade.

Embora as realidades, como resultado histórico que se processa sempre em temporalidades e espacialidades precisas, não possam prescindir de nenhuma das múltiplas dimensões que a fazem existir, evidentemente que interesses de segmentos particulares conectados aos benefícios proporcionados por algumas (ou uma) delas, dependendo das correlações de forças momentâneas podem promover as distorções necessárias para que a resultante vetorial dessa complexidade a que chamamos de realidade, penda mais para um lado do que para outro.

Se retomamos o exemplo das diversas e rápidas caracterizações a que há pouco indicamos acerca do “indígena”, considerando cada uma delas como uma espécie de símbolo aproximado para representação dos momentos históricos que atravessamos ao longo dos últimos 500 anos, é possível identificar os pesos relativos que foram (ou são) conferidos às importâncias momentâneas de cada uma das dimensões (econômicas, políticas, ideológicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais...) com as quais costumamos dividir (ou categorizar) os diversos componentes das sucessivas realidades históricas. Privilégios concedidos, por exemplo, às dimensões e aos interesses político-ideológicos ou econômicos, seriam mais representativos para uma referência à realização e expansão das novas ordens pretendidas pela implantação e desenvolvimento de padrões europeus de vida, nos quais, é claro, arranjos promovidos pelas dimensões culturais, condições ambientais e territoriais, também sempre estão presentes, como em toda e qualquer realidade, mesmo que desvalorizados e subsumidos por outras dimensões. Já as referências que indicariam privilégios às determinações de dimensões culturais, sociais, ambientais, — ou socioambientais, em uma palavra —, tenderiam a ser mais adequadas para simbolizar primazias concedidas aos (ou conquistadas pelos) interesses das populações indígenas e/ou tradicionais, ou ao menos mais consideradoras desses interesses.

Assim, não seria difícil perceber os privilégios que as seguintes caracterizações, mesmo que estereotipadas, indicam ou simbolizam, — por vezes apenas como desideratos, por vezes como expressão de realidades —: “índio-lúcifer”, “índio-mão-de-obra-escrava”, “bom-selvagem”, “índio-cidadão-livre”, “índio-alteridade”, ou, ainda, como mais recentemente, passaram a

ser caracterizados por diversos autores, dentre eles o ilustre pensador do “ecodesenvolvimento”, Ignacy Sachs (2009, 2008), junto com outras populações tradicionais “camponeizadas”: “guardiães da biodiversidade”, “biocivilizadores”, “‘servidores’ ambientais” etc.

Considerando o escopo de nosso interesse nessa reflexão, se se poderia afirmar que cada uma dessas caracterizações, tomadas como simbólicas de momentos históricos mais ou menos precisos, refletem os alcances das mudanças nos arranjos sociais realizados em determinadas condições (e produzidas, é claro, pela confluência de dinâmicas sócio-econômico-culturais dadas), para atender na maioria dos casos interesses do colonizador ou, posteriormente, de seus herdeiros, independentes ou não, inegavelmente, já naquelas outras caracterizações, como essas que exemplificamos com as ideias de “alteridade” ou de “liberdade”, ou as recentemente introduzidas por Sachs e outros, revelam-se potencialidades distintas e privilegiadoras de outras dimensões para novos rumos que se buscam imprimir, com o intuito de fortalecer ideias cultivadoras de novos arranjos sociais que se pretendem construir.

Aqui, desde que emergiram com força os entendimentos ampliados de universos culturais e do reconhecimento à existência, inclusive físico-territorial, de todos eles (contraditoriamente um dos legados do advento do Estado Nacional moderno<sup>2</sup>), com a extensão do reconhecimento da alteridade físico-natural, também para valorização das alteridades étnico-culturais e cognitivas (considerando, inclusive, as relações e interdependências que se estabelecem entre ambas), a dimensão socioambiental emerge potente como uma espécie de força-motriz a indicar e sugerir rumos para os novos arranjos sociais requisitados.

Em um contexto, como o que estamos vivendo, promovido por esse momento de ápice do processo de mundialização, iniciado com a expansão das fronteiras europeias a partir do século XVI e caracterizado por essa espécie de globalização (ou “globaritarismo”, como prefeririam alguns, entre eles Milton Santos, 2000) dos limites, em que todas as fronteiras representativas das dimensões da nossa existência (econômicas, políticas, culturais, físicas etc), passam a se encontrar e coincidir, em seus alcances, com a própria fronteira do geóide, que dá forma simbólica e geométrica ao nosso planeta, a dimensão socioambiental, de fato, revela sua potência emergente, seja para lidar com essa “era dos extremos”

2 Para uma abordagem mais extensa dessa questão, ver Carvalho, 2006.

e de ameaça de esgotamentos que rondam as reservas estratégicas do padrão de acumulação globalmente instalado, seja para contemplar os reclamos dos polos ainda desfavorecidos pelos rumos dessa história.

No primeiro caso, essa emergência parece convergir para um reducionismo físico-natural do alerta ambiental, comprometendo, inclusive, a bandeira da sustentabilidade, que afirma-se cada vez mais como expressão que qualifica o conjunto de expedientes adotados e necessários para conferir sobrevida ao padrão de acumulação global e hegemonicamente instalado, ou, como afirmam mais explicitamente alguns: “a sustentabilidade surge no seio do capitalismo, como o novo modo de regulação, (...) modos de gestão mais eficazes da base material (...) ou [expediente] para agilizar, homogeneizar e internacionalizar o espaço geográfico, ora com proveitos regulatórios, ora com proveitos desregulatórios...” (Teodoro, 2011:11).

Mas, no segundo caso, — vinculado àqueles polos desfavorecidos... —, amplia-se e afirma-se a expressão socioambiental (ou socioespacial) como simbolizadora do encontro compreendido como necessário para a promoção de justiça, ambiental e social, que, em outros momentos poderia ser entendida até como expressão redundante<sup>3</sup>, mas que hoje impõem-se para fazer frente àquele processo de compreensão reducionista do ‘ambiental’.

Indubitavelmente, é nesse segundo caso que a dimensão socioambiental mais indica suas relações com as perspectivas de mudança social, pois, no primeiro, independentemente das denominações com que ela se apresenta (inclusive, às vezes como ‘socioambiental’, embora seja mais comum apresentar-se apenas como ‘ambiental’ ou nas diversas combinações e/ou variações do ‘sustentável’) o compromisso e o investimento têm sido no aprimoramento e sobrevivência da ordem estabelecida.

## O IMPERATIVO SOCIOAMBIENTAL E OS RUMOS DA MUDANÇA

Se retomamos agora os nossos exemplos iniciais, simbolizados pelas imagens emprestadas aos “ameríndios”, para demonstrar a importância da dimensão socioambiental nos processos de mudanças sociais e no estímulo à participa-

<sup>3</sup> Isso vale particularmente quando nos referimos às origens recentes, no último terço do século passado, dos chamados movimentos ecológicos e dos partidos verdes que conferiam um sentido bastante amplo e politizado para a questão ambiental. A esse propósito ver Castells, 2006 .

ção política, basta observar o esforço empreendido por alguns analistas para caracterizar o papel de relevância, atual e projetada para o futuro, de muitas daquelas populações nativas e/ou “indígenas” que destinadas à dizimação e/ou subordinação, particularmente no hemisfério sul do planeta, empreenderam uma trajetória de superação das imagens e das condições que lhes foram impostas “fixando-se novamente em seu território, localizando-se novamente em um mundo globalizado desde suas lutas de resistência e suas estratégias de reapropriação da natureza” (LEFF, 2003: 53).

Essas “lutas de resistência” e as “estratégias de reapropriação da natureza” a que se refere Leff, por sua vez, ao evidenciarem características nem sempre muito consideradas da chamada crise ambiental que ora atravessamos, tais como as cognitivas e epistemológicas — “a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão”, lembra-nos o próprio Leff nesse mesmo texto que mencionamos —, realçaram os componentes sociais e culturais, relegados e sufocados pelos modelos dominantes, mas que necessariamente deveriam ser contemplados para o equacionamento do que muitos classificam como um problema “civilizatório” ou como a “crise do nosso tempo”:

La crisis ambiental es una crisis de civilización. Es la crisis de un modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado a la naturaleza y negado a las culturas alternas. El modelo civilizatorio dominante degrada el ambiente, subvalora la diversidad cultural y desconoce al Otro (al indígena, al pobre, a la mujer, al negro, al Sur) mientras privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización. La crisis ambiental es la crisis de nuestro tiempo. No es una crisis ecológica, sino social...<sup>4</sup>

Tais reconhecimentos, implicam, necessariamente, valorização da dimensão socioambiental, na forma como a entendem alguns dos pensadores que estamos mencionando e os signatários do manifesto cujo trecho reproduzimos, como vetor imprescindível a ser considerado no encaminhamento

4 Trechos extraídos do “Manifiesto por La Vida, Por Una Ética para la Sustentabilidad”, elaborado no Simpósio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, celebrado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 2 e 4 de Mayo de 2002. Disponível em <<http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Manifiesto.pdf>>. Entre outros, participaram do simpósio: Enrique Leff, Carlos W. Porto Gonçalves e Marina Silva.

da crise que ora atravessamos, particularmente quando esse enfrentamento pretende confrontar as velhas estruturas produtoras das tragédias assistidas em séculos de destruição, sugerindo as mudanças capazes de sustentar novos modelos civilizacionais que proporcionem o encontro entre a justiça ambiental e a social.

Para o pensador português Boaventura Sousa Santos, — ratificando aquele reconhecimento a que há pouco nos referimos e expressado por Leff, de ser a crise ambiental “sobretudo um problema de conhecimento” — a injustiça perpetrada pelo processo histórico que implantou a ordem que governa o mundo, poderá ter um caminho de reparação com o desenvolvimento de um pensamento que seja capaz de fazer frente àquelas “epistemologias abissais do Norte global”, por ele assim denominadas por desprezarem os saberes existentes para além de seus horizontes, que sustentaram e ofereceram lastro cognitivo para os resultados críticos que hoje colhemos nas realidades físico-territoriais e socioespaciais de todos os lugares.

Tais ideias, Sousa Santos as sintetizou em um texto dedicado precisamente a estabelecer as relações entre a “injustiça social global e a injustiça cognitiva global” (Sousa Santos, 2007). Nesse texto, intitulado “*Para além do pensamento abissal*”, o autor se insurge contra o exclusivismo do pensamento único promovido pela tecnociência moderna, que a serviço dos empreendimentos que a financiaram, difunde a crença cega nos poderes “milagrosos” das tecnologias, desviando-nos da consideração da diversidade epistemológica e de saberes (incluindo aí a própria ciência, é claro), que poderiam se constituir nos alicerces de novas perspectivas civilizacionais, sustentadas por referências cognitivas menos autossuficientes e excludentes, como aquelas que têm instrumentalizado e regulado tanto nossas relações sociais como as que promovemos com os outros elementos de nossos ambientes. Essas novas perspectivas se fundariam, segundo o autor, em uma espécie de resistência cognitiva por ele denominada de “pensamento pós-abissal” que os seguintes trechos extraídos do texto ilustram muito bem e falam por si (extraímos precisamente aqueles excertos que interessam mais diretamente ao nosso argumento):

(...) os movimentos indígenas são, do meu ponto de vista, aqueles cujas concepções e práticas representam a mais convincente emergência do pensamento pós-abissal, o que é muito auspicioso para a possibilidade de um tal pensamento, já que os povos indígenas são

os habitantes paradigmáticos do outro lado da linha, o campo histórico do paradigma “apropriação/violência”. (Sousa Santos, 2007: 84). E não deveria nos impressionar a riqueza dos conhecimentos que lograram preservar modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para a sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral? (*Id.*: 88)

Na perspectiva das epistemologias abissais do Norte global, o policiamento das fronteiras do conhecimento relevante é de longe mais decisivo do que as discussões sobre diferenças internas. Assim, em razão do “epistemicídio” em massa perpetrado nos últimos cinco séculos, desperdiçou-se uma imensa riqueza de experiências cognitivas. (*Id.*: 91)

Tais “desperdícios” não são apenas lamentos teóricos, pois estão estampados nos resultados de desolação e de injustiças socioambientais visíveis nas mais diversas paisagens e nos mais distintos países, com especial concentração nos territórios do “Sul global” (em oposição ao “Norte global”, para ficarmos nas mesmas referências adotadas por Sousa Santos). Essas conclusões, nesse sentido, corroboram aquelas premissas e constatações reunidas no “*Manifesto pela vida*”, há pouco mencionado, e realçam semelhantes reflexões que outros pensadores, examinando os mesmos problemas e perspectivas, já produziram, tais como Vandana Shiva, especialmente em um livro cujo título — *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento* (2001) —, já fala por si e nos exime da necessidade de maiores menções, além do igualmente já mencionado Enrique Leff que reiteradamente tem explicitado o caráter cognitivo das crises (ambientais) que enfrentamos: “A problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com os quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas.” (Leff, 2003: 19). E, sintonizado nas mesmas “apostas” dos autores que estamos aqui reunindo, para a formulação de soluções para a crise, Leff prossegue, indicando o seguinte: “Hoje, os movimentos de emancipação dos povos indígenas e as nações étnicas estão descongelando a história; suas águas fertilizam novos campos do ser e fluem para oceanos cujas marés abrem novos horizontes de tempo.” (*Id.*, p.46)

Para outros autores, tais como os geógrafos brasileiros Bernardo Mançano Fernandes e Antonio Thomaz Jr. (Fernandes, 2008), alimentar essas possibilidades de “descongelamento da história”, implicaria necessariamente,

em especial no caso do Brasil e países da América Latina, em reconhecer a forte oposição, aqui desenvolvida, ao modelo pretensamente totalitário do agronegócio<sup>5</sup>, e protagonizada por um campesinato movido por outros modelos de desenvolvimento rural, fundados em paradigmas que consideram princípios distintos daqueles valorizados pelo mercado global, porque são pautados justamente no respeito aos espaços de vida, na heterogeneidade e na diversidade que são fortes obstáculos às necessidades de escala e de homogeneidade produtiva que a sociedade urbano-industrial exige de todos os seus negócios, incluindo os agrícolas. Aqui, importante dizer, que a noção de “campesinato”, como nos alerta Thomaz Jr., identifica um conjunto composto por “identidades diversas que se constroem na luta social, (...) tais como os assentados; os povos da floresta; os posseiros, os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros, os açazeiros, os arrendatários não capitalistas, os cessionários, os povos indígenas camponeizados...” (Thomaz Jr., 2008: 281).

Nas potencialidades das perspectivas alimentadas por esse conjunto, que sugere o fortalecimento de um polo oposto ao representado pelo paradigma do “agronegócio” (onde quer que ele se manifeste, no campo ou na cidade), é que também apostam sugestões como a da “biocivilização” defendida por Ignacy Sachs.

Independentemente das nuances que se possam verificar nos encaminhamentos e propostas para o enfrentamento das condições críticas que muitos desses autores descrevem, há em todos eles o reconhecimento da dimensão global da crise, do seu caráter civilizatório (com todas as implicações, inclusive culturais e epistemológicas que isso envolve), bem como dos agrupamentos populacionais, que em seus espaços e territórios correspondentes, têm indicado caminhos para que pensemos em conjunto o equacionamento de uma solução que contemple esses ingredientes que caracterizam a crise. São nítidos, nesse sentido, os destaques conferidos por Sachs às contribuições que se poderiam extrair da Amazônia e de suas populações para esse equacionamento:

5 Essa pretensão totalitária é assim descrita por Fernandes (2008:9): “o agronegócio é apresentado como totalidade em que não há possibilidade de outro modelo de desenvolvimento rural. Excluindo qualquer tipo de crítica, o campesinato é compreendido como uma parte do agronegócio, de modo que a subalternidade e a expropriação aparecem como uma suposta ineficácia do campesinato e não como intensa exploração do agronegócio”.

A extraordinária biodiversidade da Amazônia a predestina a funcionar como um laboratório das biocivilizações do futuro, sem perder de vista a necessidade de alcançar o quanto antes a meta de desmatamento zero. A condição é de avançar nas propostas da exploração racional da floresta baseadas nos conceitos de agroecologia, de implantação nas áreas desmatadas de sistemas integrados de produção de alimentos, biocombustíveis e outros bioprodutos adaptados aos diferentes biomas amazônicos, e de tirar o máximo proveito da abundância das águas para fazer da Amazônia uma das pátrias da “revolução azul”, combinando a piscicultura com a criação de animais anfíbios e de algas – matéria-prima para a terceira geração dos biocombustíveis. (Sachs, 2008: 12)

A possibilidade (bio)civilizatória que o caso amazônico ilustra e indica, no entanto, não se reduz evidentemente a generalização das atitudes e da adoção dos parâmetros que aquela realidade sugere, por mais significativa que seja essa consideração com o principal manancial de biodiversidade do planeta, mas amplia-se para a necessidade de revisão da própria relação campo-cidade que, sob o comando das redes urbanas tem estabelecido espacialidades mais adequadas à reprodução e consumo das mercadorias e dos fluxos produtivos, do que para atender às necessidades de realização dos espaços de vida (para todas as espécies, inclusive as humanas) e das dinâmicas que os elementos de todas as alteridades requisitam para seu funcionamento. Em função disso, indaga Sachs, ainda no texto que sugere a Amazônia como “laboratório das biocivilizações do futuro:

Que fazer, então, com a maioria silenciosa do mundo – os camponeses tropicais –, dois a três bilhões de homens, mulheres e crianças? (...) Amontoá-los nas favelas e condená-los a consumir tesouros de engenhosidade para fabricar estratégias de sobrevivência? Não. Mais vale se render à evidência. Assim, encetar um novo ciclo de desenvolvimento rural parece um imperativo social. Esse se desdobra num imperativo ecológico... (*Id.*: 339)

Nesses imperativos — social e ecológico, nas palavras de Sachs —, ou socioambientais, se preferirmos, considerando as preocupações, referências e potencialidades que revelam, é que residem a base e o argumento para

a construção de outros modelos sociais, pautados por outros valores (bio) civilizatórios, ainda na perspectiva do próprio Sachs, ou fundados em outros paradigmas, como os da biodiversidade e das demandas agrárias, em oposição à (bio)destruição promovida pela consideração exclusiva dos valores impostos pelo agronegócio e pela escala produtiva da lógica urbano-industrial, que o subordina, assim como dita as regras das territorialidades de todos os lugares que conformam os espaços mundiais, seja no campo, seja na cidade.

## CENÁRIOS FUTUROS E DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO

A estratégia de desenvolvimento das sociedades humanas e de subordinação de seus espaços posta em curso até o presente, é, portanto, aquela que igualmente pode ser responsabilizada pela encruzilhada civilizatória que procuramos descrever até aqui. Ao lançarmos um olhar para o futuro, o horizonte das mudanças sociais parece desafiador. Mais ainda ao se considerar que viveremos em uma sociedade muito mais populosa e idosa, e possivelmente também mais polarizada no que se refere ao acesso a insumos para o atendimento às necessidades humanas, desde as mais básicas, como água, alimentação e abrigo, às de acesso bem mais complexo, como serviços de saúde, educação, cultura, seguridade social, entre outras.

Outra questão importante na perspectiva do cenário de transformações que se desvela refere-se aos desafios da gestão democrática da informação. Se civilizações ancestrais conseguiram desenvolver-se a partir da capacidade de articular e transferir conhecimentos por meio da história oral e da documentação impressa, no caso das atuais e futuras gerações, com sistemas de informações cada vez mais poderosos, a gestão do conhecimento disponível, incluindo seu próprio registro e acesso, é que passa a estar cada vez mais na fronteira entre o poder, a democracia e a ética. Nesse contexto, o poder não decorre simplesmente do conhecimento em si, mas da forma como pode ser manipulado e acessado, em seus diferentes níveis de granularidade, do individual ao transcontinental, para a tomada de decisões particularmente a respeito de assuntos de interesse coletivo.

Quanto ao padrão de acumulação, produção e consumo predominantes, se no passado ele fez surgir organizações que tinham como objetivo a geração de excedentes a partir da comercialização e financiamento de determinados produtos ou serviços, a história recente demonstrou que um complexo

processo de “seleção” — nada “natural”, diga-se de passagem —, resultante de fusões, aquisições e várias outras estratégias administrativas, deu origem a gigantescos conglomerados rizomáticos e onipresentes capazes de estimular e alimentar a complexificação dos estilos de vida para maximizar seu desempenho mercadológico. Estas mesmas organizações, por meio de vultosos investimentos, tem se tornado, por um lado, principal motor do desenvolvimento da tecnociência e, por outro, proprietária (ou financiadora/patrocinadora) de um poderoso aparato midiático capaz de inspirar desejos, ditar modismos e transformar ideologias.

Os governos, por sua parte, terão que dar respostas a exigências cada vez maiores de uma sociedade civil com características demográficas notadamente distintas das atuais, e que possivelmente também estará mais organizada e informada. Terão também que exercer a gestão de territórios empobrecidos em seus recursos naturais, como consequências regionais de um sistema terrestre progressivamente mais inóspito à medida que se confirmarem os padrões de mudanças globais, como aqueles que foram descritos por Mark Lynas (2009)<sup>6</sup>.

No Brasil, a ação governamental possivelmente continuará limitada por processos gerenciais poucos eficientes e circunscritos às legislações herdadas de um modelo patrimonialista, carregado de filigranas jurídicas e conflitos de competências entre poderes e instâncias governamentais. O próprio processo legislativo, feito preponderantemente por mecanismos indiretos e desgastados de representação, muitas vezes viesados pelos interesses partidários e econômicos, além de não respeitarem proporcionalidades das bases populacionais que representam, em realidade pouco contribui para o atendimento aos anseios sociais e coletivos. Ao contrário: cada vez mais cede terreno aos interesses privados e corporativos, sempre atentos às suas representações em determinadas políticas setoriais para maximizar ganhos, minimizar riscos e proteger interesses específicos.

Neste cenário, a dimensão socioambiental configura-se como a amálgama que permite o enfrentamento e equacionamento desses diferentes fatores e embates, pois ao lado dos desgastes e problemas promovidos pelas esferas

6 Referimo-nos ao livro “Seis Graus”, premiado pela Academia Real de Ciências Britânica, em que esse autor faz uma ampla revisão bibliográfica a respeito dos possíveis efeitos das mudanças climáticas globais. Com base em artigos científicos publicados por autores e instituições mundialmente reconhecidos, o autor traça um panorama dramático das consequências ambientais da elevação da temperatura planetária, grau a grau, até o hipotético limite de seis graus.

social e econômico-política, o esgotamento [ou as ameaças de exaurimento importante] da água potável, das fontes energéticas não renováveis, dos cardumes pesqueiros e da biodiversidade (o outro “nome” da diversidade sociocultural<sup>7</sup>) como um todo, despontam não mais como uma possibilidade sombria para uma futura geração incógnita, mas já materializam cenários da realidade atual em diferentes regiões que, não custa reiterar, resultam de um processo de produção (regionalização) em escala — portanto, responsabilidade — global.

Esses cenários indicam horizontes de agravamento, não só por causa da perspectiva concreta da escassez aludida e o conseqüente impacto disso sobre todos os agrupamentos humanos, mas também pela promoção de um efeito sinérgico e retroalimentador, que pode nos aproximar perigosamente de um ponto sem volta. Assim, a distância que separa a civilidade da barbárie é pequena quando o risco é eminente, e particularmente preocupante quando se convive com nações que historicamente têm se tornado cada vez mais belicosas. É importante compreender este cenário que se desvela a partir de uma perspectiva ampla. Se, posto de forma simples, a origem da crise é fácil de ser diagnosticada, por outro lado, a tentativa de sair da rota de colisão com a tragédia parece cada vez mais difícil. À medida que as sociedades se tornam mais complexas e interdependentes, uma coisa parece certa: possivelmente não haverá saída do ponto de vista individual, mas apenas coletivo, com a participação e o envolvimento político das sociedades – o que nos remete, novamente, à necessidade de compreensão das mudanças para uma nova perspectiva paradigmática –, quiçá biocivilizatoria, como se sugere aqui.

Nesse aspecto, importante ressaltar, países como o Brasil ou regiões como a Amazônia, que ocupam aquelas “latitudes” socioambientais que permitem caracterizá-los, como o fez Sachs, de “laboratórios das biocivilizações do futuro”, poderão exercer importante protagonismo no processo de construção dessa nova perspectiva, desde, é claro, que reconheçam a existência do

7 Aqui nos referimos àquelas concepções que não desconsiderando, é claro, as determinações físico-biológicas que concorrem para a existência da biodiversidade, fazem questão de sublinhar o papel que determinados modos de vida e de arranjos culturais exercem na manutenção e reprodução da diversidade física e biológica, particularmente ainda existente naquelas áreas classificadas como megadiversas. É essa perspectiva, inclusive, que levou um reconhecido antropólogo brasileiro, Viveiros de Castro, a exclamar no prefácio de um livro sobre a condição socioambiental amazônica: “isto que chamamos ‘natureza’ é parte e resultado de uma longa história cultural” (*apud* Garcia dos Santos, 2003:42)

choque de paradigmas que a tensão simbolizada pelo confronto agronegócio-camponês tem promovido em todas essas latitudes, e que fortaleçam o polo de biocivilização, revelado nesse confronto, em detrimento do polo de (bio)destruição que ainda comanda o processo.

O fato é que em praticamente todas essas latitudes, desenvolvem-se, ao lado de inúmeros movimentos de engajamento camponês e indígena, amplos movimentos urbanos que, da mesma forma que aqueles, não se alimentam apenas pelos imperativos das necessidades imediatas, mas também pelas solidariedades ecológicas e socioambientais.

Aqui, por exemplo, a trajetória desses movimentos resultou em conquistas concretas, mesmo que algumas delas possam ser vistas como estratégias ou concessões governamentais, que hoje se traduzem nas extensões territoriais que conferem às terras indígenas e aos assentamentos rurais mais de 20% de um território com as dimensões continentais como as do Brasil. Em outros lugares, como no episódio da conhecida “Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia (2000)”, a despeito das controvérsias quanto aos seus resultados efetivos, o processo de privatização em curso foi anulado, o prefeito da terceira maior cidade da Bolívia obrigado a renunciar, em meio a um episódio considerado por muitos como o marco inicial das grandes mudanças políticas que se verificaram naquele país na primeira década deste século<sup>8</sup>.

Os ambientes políticos favoráveis, em que predominam a institucionalidade democrática liderada por governos com forte apoio e identidade populares, como aqueles que em período recente se estabeleceram em diversos países da América Latina, podem facilitar e consolidar muitas outras conquistas, e indicam um quadro de ricas oportunidades para investir no processo e na perspectiva que estamos aqui examinando. Porém, é inegável também que tais institucionalidades estão revelando os limites e os vícios que a política tradicional impõe ao progresso e desenvolvimento de conquistas, principalmente quando esta — a política —, sob a permanente pressão daqueles outros imperativos (tecnológicos e econômicos), cede-lhes terreno (e não só no sentido figurado) para o avanço do agronegócio ou para a produção

<sup>8</sup> Quanto à análise e o significado das conquistas efetivas do episódio mencionado, recomendamos a consulta à tese de autoria Matheus Hoffmann Pfrimer, *A guerra da água em Cochabamba, Bolívia: desmistificando os conflitos por água à luz da Geopolítica*, defendida no Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 2010 e Orientada por André Roberto Martin, Disponível no Banco de Teses e Dissertações da USP (<http://www.theses.usp.br/>)

energética, por exemplo. O que se passa com a soja nas bordas da Floresta Amazônica ou com a construção da Usina de Belo Monte no Brasil, são exemplos emblemáticos nesse sentido, assim como ilustram isso também, as dificuldades que impuseram algum retrocesso em várias das conquistas daquele episódio de Cochabamba que há pouco mencionamos<sup>9</sup>.

A emergência de um grande número de movimentos sociais por todo o mundo na virada do século XXI é reveladora, por um lado, de uma premente insatisfação com os aparatos político-partidários e institucionais que aí estão, e que vêm se tornando cada vez mais incapazes de dar respostas à altura para uma série de problemas socioambientais, muitos deles crônicos. Por outro, demonstra que em diversos casos as situações enfrentadas pelas populações estão atingindo as raias limítrofes de sua capacidade de suportar um sem-número de violências cotidianas, e por isso as impelem a buscar na organização coletiva formas alternativas para possíveis saídas.

Este maior envolvimento direto e legítimo da sociedade acena positivamente a um possível horizonte de ampliação de participações em estratégias políticas e de governança democrática. É importante que, para além da insurgência desses movimentos em ocasiões de crise, a sociedade fomente a estruturação de novos canais legítimos e diretos capazes de ampliar o coro de vozes dos distintos atores sociais, particularmente aqueles que não tenham tido reconhecidas sua participação até então. Como nos sugere Edgar Morin: “um novo tipo de governança poderia ser instituído com a conjunção das instâncias participativas cidadãs, das instâncias políticas e administrativas, locais e regionais, dos profissionais competentes em domínios a serem debatidos e suprimidos” (MORIN, 2013: 83).

A chamada “participação cidadã”, no caso, refere-se ao protagonismo de fato desempenhado por todos os atores sociais, inclusive — e principalmente — aqueles que não têm, no curso da História, encontrado eco em suas vozes de outra sorte.

Talvez aí resida um dos principais desafios: a construção e consolidação dos mecanismos que possibilitem tal participação e confirmem efetividade e

9 Para os interessados em conhecer essas dificuldades voltamos a recomendar a tese de doutorado já indicada na nota anterior. E especificamente para os assuntos amazônicos recomendamos o livro de Neli A de Mello-Théry, *Território e Gestão Ambiental na Amazônia* (São Paulo: Annablume, 2011) e também a contundente entrevista que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro concedeu (em 20/09/2012) ao site *Outras Palavras*, associado ao *Le Monde Diplomatique/ Brasil* e disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/outros-valores-alem-do-frenesi-de-consumo/>>.

ampliação, evitando os muitos retrocessos, a muitas das conquistas daqueles movimentos cujas ações, motivadas pela promoção dos encontros entre a justiça ambiental e a social — justiça socioambiental, em uma palavra —, têm logrado.

#### GOVERNANÇA E BIOCIVILIZAÇÃO: PARA ALÉM DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Dentre as inúmeras questões que se poderia colocar para concluir essa nossa reflexão, seria da maior relevância, portanto, indagar de que forma seriam construídos (ou viabilizados) os componentes de gestão e de governança desses modelos sociais, que pautados por outros paradigmas e outros valores (bio)civilizatórios, fossem capazes de dar voz aos muitos atores sociais colocados à margem da História.

O sistema político-institucional vigente e predominante, pautado exclusivamente no modelo de democracia representativa, parece estar em grave crise e não consegue dar respostas satisfatórias à diversidade de organizações sociais em suas múltiplas demandas. Mas, ao contrário do que havia afirmado o cientista político norte-americano Francis Fukuyama, tornado célebre por decretar o “fim da história” com a consagração do liberalismo econômico e de seu braço político-institucional<sup>10</sup>, Morin, naquele livro que mencionamos há pouco, adverte: “Enquanto para Fukuyama as capacidades criadoras de evolução humana encontram-se esgotadas em razão da democracia representativa e da economia liberal, devemos pensar, ao contrário, que foi esta breve estória que se esgotou, e não as capacidades criadoras da humanidade” (2013:39). E, nesse sentido, sugere que consideremos o seguinte:

Estamos ainda na fase das preliminares modestas, invisíveis, marginais, dispersas. Em todos os continentes, em todas as nações, já existem efervescências criativas, uma profusão de iniciativas locais no sentido da regeneração econômica, ou social, ou política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou existencial. Mas tudo o que de-

10 FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

veria ser religado encontra-se disperso, separado, compartimentado. As iniciativas desconhecem a existência uma das outras, nenhuma administração as menciona, nenhum partido toma conhecimento delas. Elas, porém, são o viveiro do futuro. Trata-se de conhecê-las, de enumerá-las, de examiná-las, de repertoriá-las, a fim de abrir uma pluralidade de vias reformadoras. (MORIN, 2013:41)

O filósofo indiano, Amartya Sen, premio Nobel da economia em 1998, mesmo reconhecendo as contribuições do sistema democrático representativo, já havia igualmente advertido para os limites do seu alcance para lidar sobretudo com questões relacionadas às injustiças socioambientais mais profundas. Para ele, enquanto “a democracia tem sido especialmente bem sucedida na prevenção de calamidades que são fáceis de entender e nas quais a solidariedade pode atuar de uma forma particularmente imediata. Muitos outros problemas não são tão acessíveis assim.” (Sen, 1999: 203).

Tais injustiças socioambientais podem ser ilustradas através de inúmeros exemplos, em diferentes escalas, e já mensuradas.

A “Pegada Ecológica”, por exemplo, é um deles. De acordo com um estudo publicado pela *Global Footprint Network*, anualmente a humanidade como um todo consome 1,5 vezes o volume de recursos naturais que o planeta consegue repor no mesmo intervalo de tempo, demonstrando que já estamos, por assim dizer, em uma espécie de “saldo devedor” com o planeta<sup>11</sup>. Neste estudo, a GFN revela ainda que o mais grave não é apenas termos ultrapassado os limites da biocapacidade do planeta, mas principalmente o fato de terem se estabelecido imensas desigualdades entre os padrões de produção e consumo para os diferentes países. A pesquisa demonstrou, por exemplo, que a pegada ecológica de um estadunidense típico é dez vezes maior que a de um habitante da Índia.

Outro dado importante e conexo com a temática, divulgado pela ONU em 2012, é que o fluxo financeiro global segue caminhos concentradores, provando-se, matematicamente, que o dinheiro do mundo tem poucos desvios e termina voltando para os pontos centrais de fluxo. Ao que parece, se

11 Em decorrência de termos atingido aquilo que a própria *Global Footprint Network* denominou de “*Earth Overshoot Day*”, ou (em tradução livre) “dia de ultrapassagem do limite da terra”. Para maiores detalhes, consultar: < [http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/gfn/page/earth\\_overshoot\\_day/](http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/gfn/page/earth_overshoot_day/)>.

persistirmos nessa lógica paradigmática, durante o século XXI estaremos com sérios problemas.

O fato é que com o aprofundamento da crise socioambiental, o modelo de participação (e representação) consagrado tem sido cada vez mais questionado em suas proclamas características de abrangência e representatividade.

O espaço para o desenvolvimento de estudos e de práticas que tentam superar ou se contrapor ao modelo de democracia representativa, indicando os seus limites, tem se ampliado. Muitos deles têm considerado relevantes, particularmente, as reflexões e os questionamentos acerca do caráter real de representação e de participação política que são contemplados por esse modelo, apontando para as deficiências em tomadas de decisões que não contemplam o conjunto dos representados, nem tampouco atendem às particularidades ou identidades destes, ao mesmo tempo em que reduzem a identificação dos sujeitos e dos movimentos que eles constituem, em especial no campo genérico do ambientalismo.

Com intuito de contribuir para aperfeiçoar os mecanismos de representação e de democracia, alguns desses estudos tem buscado ampliar o nosso conhecimento sobre o tema, chamando-nos a atenção para a diversidade de formas de organização existentes nas variadas culturas e nações dos agrupamentos humanos. É o que faz, por exemplo o “Projeto Alice” do Centro de Estudos Sociológicos (CES) da Universidade de Coimbra, coordenado por Boaventura Sousa Santos, que em uma de suas áreas temáticas de pesquisa, intitulada “Democratizar a democracia”, propõe-se a investigar aquilo que apropriadamente denominam de “demodiversidade”, com o intuito de estudar “as formas alternativas ao modelo democrático dominante em que o voto não é o princípio nem o fim da democracia: formas participativas, deliberativas e comunitárias exercidas a nível local e nacional que interpelam diretamente a democracia representativa”. O objetivo desses estudos, dizem-nos seus responsáveis, busca não só conhecer e divulgar a “diversidade democrática do mundo”, mas “explorar o potencial destas experiências de participação e de deliberação na criação de novas e mais exigentes formas de articulação e de decisão políticas”.<sup>12</sup>

12 Para saber mais a respeito do Projeto “ALICE – espelhos estranhos, insuspeitas lições: levar a Europa a uma nova forma de compartilhar as experiências do mundo”, acessar a página <http://alice.ces.uc.pt>. As citações deste parágrafo foram extraídas do texto de apresentação da área temática “Democratizar a democracia” disponível nos site indicado

Investigadores vinculados a esse projeto, já identificam pelo menos cinco tipos de democracia: a representativa, a participativa, a comunitária, a híbrida (participativa e representativa) e a dos povos tradicionais, que também possui características singulares próprias a cada um dos agrupamentos humanos que aí poderiam ser incluídos.<sup>13</sup>

Embora toda tentativa de sistematização de modelos possa ser acusada de reducionista, o exemplo desse tipo de investigação temática produzida pelos pesquisadores vinculados ao Projeto Alice, ao menos evidencia a falsa totalidade (e unanimidade) que costumam caracterizar (ou acompanhar) a democracia representativa, pois dão visibilidade a outros modelos, muitos dos quais identificados mais diretamente com as perspectivas e demandas socioambientais, particularmente quando não se pautam pela centralidade da dimensão econômica.

Para a proposta de uma ordem social fundada nos valores (bio)civilizatórios que examinamos neste trabalho, seria de grande relevância, por exemplo (e como já sugerimos) a consideração do(s) tipo(s) de democracia(s) organizada(s) pelos diversos povos tradicionais, visto que o diálogo com esses grupos pode gerar um grande aprendizado em termos do entendimento de suas institucionalidades específicas, que, possivelmente, diferenciam-se daquelas existentes no Estado democrático moderno. Porém, para essa consideração, recorreremos mais uma vez a Edgar Morin (2013:59), que nos adverte: “Não se trata aqui, de modo algum, de idealizar as sociedades tradicionais que têm suas carências, seus fechamentos, suas injustiças, seus autoritarismos. É preciso considerar suas ambivalências e também perceber suas qualidades.”

Ademais, incluir em nossa reflexão a consideração das diversas possibilidades de democracias, indica a predisposição necessária para um investimento transdisciplinar, promotor de um diálogo com outros saberes, sem o concurso dos quais não conseguiremos enfrentar aquele caráter predominantemente cognitivo da chamada crise ambiental, ao qual já nos referimos no início desta reflexão.

As chamadas “ciências humanas” e as “ciências naturais”, interessadas nessa via, promotora de um diálogo como outros saberes não necessariamente

13 Ver, a esse propósito, o capítulo de Boaventura Sousa Santos e Leonardo Avritzer, “Para ampliar o cânone democrático”, *in* Sousa Santos (2002).

disciplinados pelos seus campos de conhecimento, têm uma grande e fértil trajetória a percorrer e esta apenas se inicia. Para o enfrentamento do conjunto de dilemas que caracterizamos como socioambientais, o caminho da ampliação do diálogo se impõe, e não só para o conhecimento das alternativas de organização social e política dos diversos agrupamentos humanos, mas para a inclusão efetiva desses agrupamentos nos mecanismos e processos de discussão e decisão, com a vantagem adicional de que tal ampliação pode contribuir para revitalizar o próprio sistema de democracia predominante. Segundo Amartya Sen (1999: 208): “a discussão pública mais bem fundamentada e menos marginalizada sobre questões ambientais pode ser não apenas benéfica ao meio ambiente, como também importante para a saúde e o funcionamento do próprio sistema democrático.”

Contudo, alguns integrantes das nações hegemônicas localizadas ao “norte da linha abissal” e seus aliados das diversas latitudes, continuam a discriminar saberes, a investir nos conflitos e até mesmo a promover guerras internacionais para impor seu padrão de “democracia” àquelas outras nações e povos, definidos como “autoritários”. Esses agrupamentos hegemônicos, movem-se por uma lógica bélica e uma noção civilizatória, em que sistemas sociais distintos não são tolerados ou são “demonizados” pela ordem global vigente, e desde que esta iniciou sua trajetória de internacionalização e implantação, como pudemos observar nas reflexões que aqui já desenvolvemos, ao examinar aquelas imagens presentes no quadro “O Inferno”, que com sua especial “cartografia” buscou registrar as imagens que se pretendia consagrar para o início de todo esse processo.

Há outros agrupamentos de nações e povos que discordam dessa lógica beligerante, que também “cooptou a ciência e o cientista”, conforme denuncia Sousa Santos (2000), e preferem investir no aumento da intensidade democrática em consideração à vontade de todos. Para estes, a ampliação da democracia pode ocorrer, por exemplo, com o aprimoramento da participação política dos cidadãos nas esferas públicas, inclusive como dever social previsto nas constituições dos próprios Estados, o que já é o caso em alguns países latino-americanos. Outros, dentre os próprios países europeus, já avançaram nos mecanismos de participação, contemplando métodos até mesmo de (in)formação dos cidadãos, dotando-os de aptidão técnica, além de lhes proporcionarem inclusão política, para desfrutarem de condições plenas, e não só teóricas, de discutir e decidir junto com o poder público temas especializados, como acontece na Dinamarca e alguns países nórdi-

cos nas chamadas “Conferências de Consenso”<sup>14</sup>, em cujas fases iniciais se promovem núcleos de estudos técnicos e preparatórios para os cidadãos leigos deliberarem junto aos governantes.

O desafio apresenta-se a toda sociedade, mas é o Estado que ainda tem a missão de conduzir o seu equacionamento. E este, quando há vocação e ambiente democráticos, buscará encontrar formas para a ampliação de uma participação que resulte da sinergia que a diversidade de perspectivas, organizações, conhecimentos e outras (não)institucionalidades podem promover. Dessa predisposição é que resultam também os investimentos de recursos inclusive financeiros, para a construção de uma cultura que contemple a diversidade dos novos parâmetros (éticos, cognitivos e políticos) que a consideração da dimensão socioambiental impõe. Ilustram parte disso, por exemplo, o ocorrido em países como o Equador e a Bolívia, nos quais a “*Pacha Mama*” (ou “*Madre Tierra*”) adquiriu personalidade jurídica com direitos.<sup>15</sup>

É a dimensão socioambiental, na forma como a consideramos nesta reflexão e lastreada nos diversos autores e pensadores que mencionamos, que tem possibilitado a abertura dos novos questionamentos referentes não só à racionalidade tecnocientífica vigente, mas também à forma de conduzir os processos de mudança social e de participação. Se as propostas de mudança social já tiveram que contemplar (e continuam tendo, é claro), as relações que as esferas da política e da economia impõem para a dinâmica de suas execuções, no mundo contemporâneo não seria mais possível igualmente deixar de contemplar a dimensão socioambiental, nesse processo, não só porque isso dificultaria em muito a perspectiva da mudança, mas sobretudo porque comprometeria a qualidade de seu resultado.

Os componentes vitais, ético-culturais e cognitivos que essa dimensão revela, permitem-nos, portanto, a percepção da importância (ou da grandeza vetorial) com que ela se apresenta quando buscamos conjugá-la com to-

14 Para maiores informações consultar : Science and Public Policy, volume 26, number 5, October 1999, pages 331–340, *England. Danish participatory models Scenario workshops and consensus conferences: towards more democratic decision-making.*

15 A esse propósito vale a pena conferir os textos das constituições do Equador (de 2008) e da Bolívia (de 2009) e, no caso deste último, também a *Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral Para Vivir Bien*, promulgada em 2012. Todos esses documentos estão disponíveis nos seguintes endereços: <<http://www.planificacion.gob.bo/marco-legal>> (Constituição da Bolívia); <[http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf)> (Constituição do Equador); <http://www.planificacion.gob.bo/marco-legal> (*Ley Marco de la Madre Tierra...*)

dos os demais vetores (representativos das diversas outras determinações econômicas, sociais, políticas, técnicas...) que concorrem para produzir os resultados que pretendemos imprimir nos processos de mudanças que se divisarão daqui para a frente.

A esse propósito, Morin, em seu já mencionado “*A Via/ Para o futuro da humanidade*”(na versão completa de seu título), sugere a composição de elementos que deveríamos considerar para qualquer projeto de reforma e/ ou mudança. Em todos eles os componentes da dimensão socioambiental, considerando a percepção crítica que aqui desenvolvemos, aparecem com destaque, e com essa síntese concluímos nossa reflexão:

Em si mesmas as reformas políticas, as reformas econômicas, as reformas educativas, as reformas de vida foram, são e serão condenadas à insuficiência e ao fracasso. Cada reforma só pode progredir se as outras progredirem. As vias reformadoras são correlativas, interativas, interdependentes. Não existe reforma política sem reforma do pensamento político, que por sua vez, pressupõe reforma do próprio pensamento, que pressupõe uma reforma da educação, que pressupõe uma reforma política. Não existe reforma econômica e social sem uma reforma política que pressuponha uma reforma de pensamento. Não existe reforma de vida nem reforma ética sem a reforma das condições econômicas e sociais do modo de viver, e não há reforma social sem reforma de vida e sem reforma ética (MORIN, 2013:49).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias que aqui se expuseram são aquelas que em grande parte tem unificado os interesses, ou curiosidades, daqueles que ao longo dos últimos anos tem participado, como pesquisadores ou simples interessados, nas reuniões de trabalho promovidas pelo Grupo de Pesquisa em Dimensão Socioambiental e Mudanças Sociais, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política — ProMuSPP — da EACH-USP. As reuniões quinzenais desse Grupo, também são oferecidas como um espaço para cumprimento parcial dos créditos exigidos aos estudantes de mestrado. Esse ‘espaço disciplinar’ tem funcionado como local de socialização de ideias, intercâmbio de soluções e dificuldades para todos aqueles que, independentemente das especificidades dos temas a que se dedicam em suas

pesquisas particulares e/ou coletivas, têm se utilizado e colaborado com esse espaço.

A diversidade das pesquisas que pelo Grupo já passaram, ou as que nesse momento ainda estão em desenvolvimento dá bem uma ideia dos horizontes que a consideração da dimensão socioambiental pode alcançar, quando se busca estabelecer os vínculos desta com as perspectivas abraçadas pelos interessados na promoção da Mudança Social.

Nesse conjunto podemos listar pesquisas e pesquisadores vinculados aos diversos níveis e programas oferecidos pela USP, e não apenas no mestrado ou na pós-graduação. E isso tem conferido uma vantagem adicional ao Grupo, que também tem se estabelecido como um espaço de integração e diálogo entre esse níveis, com todas as vantagens que daí advém tanto para a formação dos estudantes/pesquisadores, como para as próprias pesquisas que desenvolvem, ou que já concluíram.

A seguir mencionamos brevemente os que já passaram, ou que atualmente estão vinculados ao grupo, bem como os trabalhos que desenvolveram, ou que continuam a desenvolver. De alguma maneira todos eles poderiam ser considerados co-autores das ideias que aqui expusemos.

“A desmistificação da noção sobre centro e periferia à luz da educação ambiental, e o exemplo de São Paulo”, Julio Cesar Bessa Monqueiro (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), em andamento.

“A Dinâmica da Construção da Identidade e do Território no Quilombo Cafundó”, de Lucas Bento da Silva (Projeto de Pesquisa), participante.

“A Educação do Campo”, de Roseli Nanni (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), em andamento.

“A Geografia como Possibilidade de Olhar a Complexidade: Um Desafio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, de Angélica de Jesus Batista (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), não concluído.

“Política e Participação na Comissão Nacional de Biodiversidade de Atilio Viviani Neto (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), 2013.

“Contribuições da Permacultura para o Desenvolvimento Local”, de Juliana Nascimento Funari e Mayara Livia Bernardes (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), 2013.

“Cultura e mitologia indígena na escola”, de Luana Geronimo Aversa (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), 2012.

“Educação Ambiental em Museus de Ciência: diálogos, práticas e concepções”, de Gustavo Meyer (Iniciação científica, Bacharelado em Gestão Ambiental), 2012.

“Ensinar com pesquisa: um projeto para dinamização da disciplina Educação Ambiental para o curso de graduação em Gestão Ambiental”, de Jessica da Silva Moura (Programa Ensinar com Pesquisa, da Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão da USP), 2011.

“Greenwashing: os conflitos éticos das propagandas ambientais”, de Érico Pagotto (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), 2013.

“O “Paradigma da sustentabilidade”, de Gustavo Meyer (Dissertação de Mestrado, ProMuSPP), em andamento.

“Os desafios e as contribuições da abordagem ecofeminista para a Gestão Ambiental”, de Sâmia Fortes (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), em andamento.

“Relações entre Educação Musical e Ambiental”, de Willy Vellenich (Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Gestão Ambiental), em andamento.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. B. Geografia e História, Tradição e Modernidade: Fundamentos da Geopolítica Contemporânea. **Scripta Nova**, *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (23), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-23.htm>>

CASTELLS, M. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. **O Poder da Identidade/ A Era da Informação** (Vol. 2) (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

EWING B. *et alii*. **The Ecological Footprint Atlas 2010**. Oakland: Global Footprint Network. 2010.

FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GARCIA DOS SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental, In: **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez. 2003. p. 15-64.

LYNAS, M. **Seis Graus**. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

MELLO-THÉRY, Neli A. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2011

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SACHS, I. **A terceira margem. Em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SACHS, I. Amazônia — laboratório das biocivilizações do futuro. **Biblioteca Diplô**. Disponível em <<http://diplo.org.br/imprima2646>>, acesso novembro de 2008

SANTOS, M. **Por uma outra globalização/ do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1999.

SHIVA, V. **Biopirataria/ A pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura (org.), **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (2002)

SOUSA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos/ CEBRAP**. São Paulo, SP, nº 79, p. 71-94, nov. 2007.

TEODORO, P. H. M.. O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade. *Revista sustentabilidades*, no. 5 vol. 2, p. 1-18, 2011.

THOMAZ Jr, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria — qual o lugar do campesinato e do proletariado. In: FERNANDES, B M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, pg. 275-302, 2008.